

MANEJO, REABILITAÇÃO E SOLTURA DE MAMÍFEROS SELVAGENS

Fabiana Rocha-Mendes
Rodrigo Picheth Di Napoli
Sandra Bos Mikich

ROCHA-MENDES¹, F.; NAPOLI², R. P.; MIKICH³, S. B. Manejo, reabilitação e soltura de mamíferos selvagens. *Arq. Ciênc. Vet. Zool. Unipar, Umuarama*, v. 9, n. 2, p. 105-109, 2006

RESUMO: Com o objetivo de otimizar o trabalho desempenhado por centros de reabilitação e triagem de animais selvagens, este artigo apresenta sugestões para manejo dos representantes da classe Mammalia formulada com base em visitas a estes centros, pesquisa bibliográfica e consulta a especialistas. Para tanto, são discutidos protocolos de recebimento, manejo, ambientação e enriquecimento de recintos, reabilitação, adequação alimentar, soltura, reintrodução ou destinação para cativeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação. Ambientação. Cativeiro. Mamíferos. Mammalia. Reintrodução.

CAPTIVE MANAGEMENT, REHABILITATION AND RELEASE OF WILD MAMMALS

ROCHA-MENDES¹, F.; NAPOLI², R. P.; MIKICH³, S. B. Captive management, rehabilitation and release of wild mammals. *Arq. Ciênc. Vet. Zool. Unipar, Umuarama*, v. 9, n. 2, p. 105-109, 2006

ABSTRACT: In order to optimize the activities conducted by institutions which receive and treat apprehended wild animals, this article presents suggestions for the management of members of the Class Mammalia based on visits to some of these institutions, literature review and by consulting several specialists. Thus, protocol receiving, captive management, enclosure enrichment and environmentation, rehabilitation, diet, either reintroduction or other destination are discussed.

KEYWORDS: Enclosure enrichment. Environmentation. Captivity. Mammals. Mammalia. Reintroduction.

MANEJO, REHABILITACIÓN Y SOLTURA DE MAMÍFEROS SALVAJES

ROCHA-MENDES¹, F.; NAPOLI², R. P.; MIKICH³, S. B. Manejo, rehabilitación y soltura de mamíferos salvajes. *Arq. Ciênc. Vet. Zool. Unipar, Umuarama*, v. 9, n. 2, p. 105-109, 2006

RESUMEN: Con el objetivo de optimizar el trabajo desempeñado por centros de rehabilitación y de tría de animales salvajes, este trabajo presenta propuestas de rutina de trabajo para los representantes de la clase Mammalia, teniendo como base la realización de visitas a los centros, revisión bibliográfica y de consulta a especialistas. Para tanto, son sugeridos protocolos de recibimiento, manejo, ambientación y enriquecimiento de recintos, rehabilitación, adecuación alimentar, soltura y reintroducción o destinación para cautiverio.

PALABRAS CLAVE: Alimentación. Ambientación. Cautiverio. Mammalia. Reintroducción.

Introdução

A maior ameaça à sobrevivência dos animais é a destruição dos habitats naturais e sua substituição por áreas alteradas pela presença do homem, como plantações, criações de animais domésticos e áreas urbanas (TERBORGH, 1974; GROOMBRIDGE, 1992; PRIMACK; RODRIGUES, 2001). Esse fator de ameaça atinge magnitude ainda maior quando é observado que a velocidade de destruição do ambiente é maior do que o avanço dos estudos sobre biologia e ecologia *in situ* ou sobre a reprodução em cativeiro das espécies. Ou seja, corre-se o risco de reduzir tanto os ambientes naturais das espécies que não haverá área disponível para reintrodução das mesmas (PRIMACK; RODRIGUES, 2001). Portanto, é de caráter urgente realizar esforços para a manutenção dos ambientes naturais paralelamente aos estudos das espécies em vida livre e em cativeiro.

Como agravante às atuais pressões ambientais que causam a extinção das espécies, está o comércio ilegal de animais selvagens, considerado o terceiro maior tráfico do mundo, precedido apenas pelo tráfico de drogas e de armas. Atualmente, cerca de 12 milhões de animais são retirados por ano do seu ambiente natural, sendo, por vezes, encaminhados ilegalmente para o exterior ou acabam se tornando animais de estimação dentro do próprio país (LAÇAVA, 2000).

O Governo Federal, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é responsável, juntamente com os institutos ambientais regionais e as polícias florestais, pela fiscalização e combate ao tráfico de animais selvagens. Assim, em casos de flagrantes que resultem na apreensão da fauna, os espécimes vivos apreendidos deverão ser devolvidos aos seus habitats naturais ou entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades semelhantes (ELABRAS, 2002).

¹Bióloga. Mestre em Biologia Animal. Mülleriana: Sociedade Fritz Müller de Ciências Naturais. Caixa Postal 19093, CEP 81521-980 Curitiba, Paraná. gabi_fm@terra.com.br

²Biólogo. Mestre em Ecologia e Conservação. rodrigo.napoli@sulbbs.com

³Bióloga. Doutora em Zoologia. Embrapa Florestas. sbmikich@cnf.embrapa.br

Centros especializados no recebimento desses animais, os chamados centros de triagem, já existem nos estados da Amazônia, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Essas instituições têm por objetivo recepcionar, triar e tratar animais selvagens resgatados ou apreendidos pelos órgãos fiscalizadores, além de, eventualmente, receber animais selvagens de particulares, que os mantinham em cativeiro doméstico de forma irregular (BRASIL, 2005). Por mais que existam preceitos ditados pelo IBAMA em relação as etapas mínimas pelas quais os animais apreendidos devem passar, em sua maioria, os centros atuam de forma independente, não havendo padronização de procedimentos de maneira a potencializar o cumprimento das finalidades dessas instituições.

Visando otimizar o trabalho desempenhado pelos centros de triagem, o presente estudo apresenta protocolos para o manejo e soltura de espécies de mamíferos, grupo que representa 17,5% de todas as espécies terrestres ameaçadas no país (BRASIL, 2005) e que necessita de medidas eficientes para sua conservação *in situ* e *ex situ*.

Material e Métodos

Para a elaboração desta revisão, no ano de 2003, foram compilados os procedimentos e informações de alguns zoológicos e centros de reabilitação, consulta de literatura e contato com especialistas, por meio de correspondência e/ou visitas.

Contribuições para a adequada reabilitação dos animais estão apresentadas na forma de sugestões em relação ao manejo, alimentação, ambientação dos recintos e enriquecimento, buscando sempre reproduzir as características naturais do hábitat de cada espécie.

Em complemento a esse procedimento, foram apontados comportamentos a serem observados, que permitem avaliar as condições físicas e comportamentais dos animais cativos, com vistas a uma eventual soltura na natureza.

No que se refere à soltura dos animais, foram tecidos comentários sobre áreas potenciais que poderão ser utilizadas. Estas informações foram obtidas por meio de pesquisa bibliográfica e contato com especialistas nos grupos de interesse.

Resultados e Discussão

Ficha de recebimento dos animais

Para o melhor aproveitamento, a ficha de recebimento dos animais (FRA) (Quadro 1 - Anexo) deverá ser preenchida da forma mais completa possível e assinada pelo técnico responsável. O correto uso dessa ficha fornecerá informações úteis para a formulação de uma estratégia de ação para cada espécime recebido, podendo ser definidas metas como: recuperação física, destinação para cativeiro em outra instituição ou programa de reabilitação para futura soltura.

Rotina de manejo das espécies

Para que se possa ter sucesso com a manutenção

de animais selvagens em cativeiro, faz-se necessário, primeiramente, um estudo bastante criterioso no que diz respeito à sua vida no ambiente natural, levando-se em conta os seguintes aspectos: hábitat, hábitos, comportamento, uso do espaço, sazonalidade e alimentação, entre outros. Em algumas situações, pode ser feita a extrapolação das informações de espécies aparentadas (RIBEIRO, 1993).

Recebimento, exame clínico, marcação, determinação da dieta e quarentena

O recebimento dos animais deverá ser realizado com o completo preenchimento da FRA, seguido dos exames clínicos necessários, da marcação do animal com micro-chips, brincos, tatuagens ou outro método para a identificação posterior do espécime.

A determinação da dieta dependerá da disponibilidade de uma planilha alimentar para a espécie. As planilhas existentes deverão possuir um número de controle a constar na ficha do animal, com possíveis alterações na composição dos itens alimentares.

Após esses procedimentos, o animal deverá ser encaminhado para um recinto no setor de quarentena, onde ficará o tempo necessário para a avaliação de sua condição física. Caso seja possível sua reabilitação, ele deverá passar por um processo que possibilite o seu retorno à natureza.

Muitos dos animais recebidos pelos centros chegam mutilados, ou seja, não podem ser recuperados e nem retornar à vida livre, e outros não pertencem à fauna local. Nesses casos, devem ser encaminhados a instituições destinadas ao tratamento e manutenção de espécies (como zoológicos). No caso de espécies exóticas passíveis de recuperação e retorno à vida livre, o encaminhamento deve ser feito a instituições que possam destiná-los à sua área original de ocorrência.

Planilhas alimentares

A alimentação em cativeiro deve suprir as necessidades nutricionais de cada indivíduo. É importante haver amplo controle sobre os procedimentos de armazenamento, preparação e distribuição dos alimentos, uma vez que a dieta pode variar conforme o estado e a condição do animal. Além disso, é essencial que se dê atenção à higiene dos alimentos e dos utensílios utilizados na alimentação, que devem ser limpos com o uso de desinfetantes a base de cloro e solúveis em água (RIBEIRO, 1993).

As planilhas alimentares deverão ser elaboradas por biólogos que conheçam a dieta natural das espécies e veterinários que conheçam as alterações fisiológicas que ocorrem em cativeiro, visando o equilíbrio nutricional da dieta proposta para cada espécie.

Manejo em cativeiro

O contato dos animais com pessoas deve ser o mínimo possível. Desse modo, nos centros de triagem, deve permanecer apenas o pessoal indispensável ao seu funcionamento. Os animais devem ficar isolados, visual e acusticamente, tanto de pessoas como de veículos. Sempre que possível, o mesmo funcionário deverá fazer as atividades de higienização do recinto e alimentação dos espécimes. Este mesmo cuidado deverá ser tomado durante os procedimentos

clínicos.

Ambientação e enriquecimento de recintos

A ambientação e o enriquecimento são procedimentos que buscam minimizar os efeitos negativos do cativeiro, de forma que o animal possa apresentar um comportamento natural e não estereotipado. O recinto deve ser apresentado como um ambiente interativo, que permita ao animal cativo um comportamento próximo do natural. Deste modo, deve-se criar um recinto complexo, com barreiras visuais, áreas de repouso, áreas para dormir, revestimento para o solo e, se for o caso, estruturas para escalação.

Para animais que apresentam hábitos arborícolas ou semi-arborícolas, como primatas, alguns felídeos, mustelídeos, procionídeos, marsupiais, tamanduás-mirins e bichos-preguiça, deve-se utilizar galhos, troncos ocos e cordas, ampliando deste modo a área útil do recinto e permitindo ao animal uma maior movimentação. O piso pode ser revestido com areia ou terra e, quando possível, também com folhagem para evitar problemas com desgaste excessivo das garras, almofadas e cascos dos animais.

No enriquecimento de recintos é recomendado empregar diferentes modos de apresentação dos alimentos, levando o animal a dispensar um tempo maior para a obtenção do recurso, tal como ocorre em vida livre. Para isso, podem ser utilizadas, por exemplo, presas vivas (no caso dos carnívoros), cupinzeiros (para tamanduás), folhas e frutos amarrados em diversas partes do recinto (para bichos-preguiça e primatas) ou mesmo um “dispensário de grilos” para animais insetívoros (SHEPHERDSON, 1989). Também podem ser usados artifícios que dificultem o acesso ao alimento, como esconder as presas, dar alimentos com cascas e alterar o horário da alimentação, por exemplo. Esses artifícios, embora simples, apresentam resultados expressivos na condição física e psicológica do animal, e não implicam maior gasto financeiro.

Outros cuidados básicos também devem ser tomados ao se definir recintos para animais, como: separá-los por tamanho e espécie, evitar a proximidade dos recintos de presas e predadores, fornecer sol e sombra em todos os recintos e, na suspeita de doença, isolar o animal.

Soltura ou destinação para cativeiro

Durante o período em que o animal se encontra no centro de triagem, ele deverá ser constantemente avaliado por veterinários e biólogos quanto às suas condições físicas e comportamentais, com a finalidade de se obter informações sobre a capacidade de retornar à vida livre ou necessidade de encaminhamento para zoológicos, criadouros registrados no IBAMA ou centros de pesquisa. Os animais julgados aptos à soltura, por sua vez, devem passar por processos de reabilitação e adequação alimentar.

Reabilitação e adequação alimentar

A reabilitação é um processo que visa recuperar as habilidades necessárias para o retorno do animal à vida livre. A adequação alimentar faz parte deste processo e consiste na oferta de itens alimentares que as espécies utilizam na natureza, preferencialmente de acordo com a sua disponibilidade sazonal.

A reabilitação demanda recintos de grandes dimensões para que os animais possam realizar atividades físicas e recuperar plenamente suas condições cardiovasculares e musculares. Além disso, devem estar isolados e conter elementos de seu ambiente natural, como árvores, corpos d'água, rochas, troncos caídos, entre outros.

Aspectos comportamentais a serem observados

Poucos são os aspectos comportamentais conhecidos que realmente possibilitam avaliar a capacidade do animal para sobreviver em vida livre, porém, comportamentos como tolerância à presença humana, capacidade de obtenção de alimento “natural”, displays de fuga e caça, devem ser observados. Animais com baixa tolerância à presença humana, elevado sucesso na obtenção de alimento (p.ex.: localização e captura de presas vivas), bons reflexos de caça e fuga, são potenciais candidatos à soltura.

Soltura e reintrodução de animais

A soltura vem a ser o retorno de um espécime à natureza após alguma fatalidade, como atropelamento, tentativa de caça, apreensão, entre outras (KLEIMAN et al., 1994). Estes animais deverão, necessariamente, passar por um período de quarentena para evitar a disseminação de doenças e avaliar a sua condição física e psicológica e, somente após sua total recuperação, voltar à vida livre.

A reintrodução é o restabelecimento de uma espécie em uma área onde historicamente ela existia, mas aonde veio a ser extinta. Nesse caso, pode ser realizado o translocamento de animais de áreas onde eles ocorram em número aceitável para tal manejo, ou de áreas que venham a sofrer alguma drástica alteração, como o alagamento por uma usina. Entretanto, também podem ser utilizados animais criados em cativeiro (KLEIMAN et al., 1994). A reintrodução usando espécimes de cativeiro requer uma custosa pesquisa e não é a melhor estratégia para a conservação de espécies raras e/ou em perigo de extinção (KLEIMAN, 1989; CHIVERS, 1991).

De acordo com Jones (1990) e Gipps (1991), a reintrodução tem como objetivos: aumentar o tempo de sobrevivência das espécies; restabelecer espécies-chave (ecologicamente ou culturalmente); aumentar o montante da biodiversidade; e buscar o equilíbrio ambiental acima de tudo (Draft Guidelines for Re-introductions, IUCN/SSC Re-introduction Specialist Group).

O sucesso da reintrodução só pode ser medido em termos de cumprimento desses objetivos. Entretanto, na maioria dos casos, o sucesso depende da reintrodução de uma população auto-sustentável ou viável (BECK et al., 1994). Nenhum animal deverá retornar à natureza sem que um programa de acompanhamento seja realizado. Sempre que possível o animal deverá ser monitorado e acompanhado até que aconteça sua total reintegração ao ambiente.

Recomendações para a soltura

- Só poderá ser realizada com animais saudáveis, que tenham passado por um período de quarentena e reabilitação;
- Só poderá ser feita após um conselho técnico, formado por veterinários e biólogos, que ateste que o animal está em plenas condições de saúde física, apto sob o ponto de vista físico e

comportamental. Atenção especial deve ser dada às doenças infecciosas e parasitárias, levando-se em consideração a possibilidade de se introduzir uma doença nova no ambiente, que possa atingir espécies selvagens nativas e/ou domésticas existentes na área de soltura, além da possível transmissão de doenças de animais domésticos para o exemplar solto (DASZAK et al., 2000; CATÃO-DIAS, 2003).;

- Só poderá ocorrer nas áreas de distribuição original das espécies, respeitando a capacidade de suporte das mesmas;
- Deverá seguir protocolos adequados para cada espécie, respeitando-se o comportamento e o hábito (diurno ou noturno, solitário ou gregário);
- Nenhum animal deverá ser solto sem possuir uma marcação permanente e, sempre que possível, um programa de acompanhamento e monitoramento (p.ex.: por radiotelemetria) deverá ser executado. Esse acompanhamento deverá avaliar o sucesso do retorno do animal à vida livre, permitindo planejar atividades adicionais necessárias (como: oferta de alimento em períodos críticos e controle da predação) e trazer informações para futuras solturas;
- Algumas espécies de mamíferos possuem registros históricos de ocorrência, incertos, pouco numerosos ou já são consideradas extintas para alguns estados, tornando difícil a tomada de decisões no que tange à soltura. Para estas espécies, uma comissão técnica deverá ser formada para que o destino do exemplar seja definido. As comissões poderão realizar um pequeno grupo de trabalho ou ainda, um grupo de discussão na Internet, no qual um mediador será responsável pela divulgação e redação das decisões tomadas.

Em caso de morte do animal

Espécimes que vierem a óbito deverão sofrer necropsia e demais procedimentos necessários para determinação da causa da morte e, posteriormente, deverão ser encaminhados para colecionamento. Se o exemplar possuir procedência exata deverá ser encaminhado a coleções científicas, caso contrário poderá ser encaminhado a coleções didáticas.

Áreas indicadas para soltura

A determinação do local da soltura de um espécime vem a ser uma importante e decisiva etapa no processo. Os animais só poderão ser soltos em áreas de sua ocorrência natural, atual ou histórica. Neste último caso, o motivo da extinção da espécie no local deve ser conhecido e eliminado, sendo ainda importante observar se a reintrodução desta espécie não irá gerar um desequilíbrio no ambiente e se este animal terá chances de sobrevivência em longo prazo, permitindo a perpetuação da espécie no local. Em qualquer situação, a capacidade de suporte da área deve ser levada em consideração.

Os ecossistemas de provável ocorrência das espécies podem ser usados para embasar os trabalhos de reintrodução e soltura dos animais, mais informações adicionais devem ser buscadas em relação à distribuição e à densidade das espécies nas áreas potenciais de soltura ou reintrodução.

A reintrodução e a soltura de espécimes em Unidades de Conservação (UC) pode ser realizada, desde que de acordo com a legislação ambiental vigente e com as normas de programas de manejo da UC. Como muitas UCs

ainda não possuem plano de manejo e alguns planos não apresentam normas específicas sobre este tema, a decisão sobre a reintrodução e a soltura são do órgão ambiental e do gerente da UC, apoiados pelo conselho consultivo desta e consulta a especialistas.

Considerações finais

Trabalhos com reabilitação e soltura no Brasil são recentes e ainda raros se comparados ao número de animais apreendidos ou resgatados levados às instituições competentes. Mesmo sendo bastante antigo o histórico de criação de mamíferos selvagens brasileiros em cativeiro, o conhecimento para manejo e manutenção dessas espécies ainda é muito deficiente. Em relação ao manejo visando reabilitação e soltura de animais, as informações disponíveis são ainda mais escassas.

Assim, apresenta diretrizes que, caso seguidas, poderão auxiliar o manejo, a reabilitação e a soltura de mamíferos, colaborando deste modo para sua conservação.

Agradecimentos

Ao Centro de Triagem de Animais Selvagens (CETAS) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC - PR), pelo acesso às suas dependências. À Juliana Quadros, Liliani M. Tiepolo, Mauro de Moura-Britto, Michel Miretzki, Nei Moreira, Nilton C. Cáceres, Patrícia A. Nicola, Paulo R. Mangini, Vlamir J. Rocha e aos funcionários do CETAS PUC PR, Ana Sílvia Ribeiro, Gledson V. Bianconi e três revisores anônimos pelas informações, críticas e/ou sugestões ao manuscrito.

Referências

- BECK, B. B. et al. Reintroduction of captive-born animals. In: OLNEY, P. J. S.; MACE, G. M.; FEISTER, A.T. C. **Creative conservation**: interactive management of wild and captive animals. London: Chapman and Hall, 1994. p. 265-286.
- CATÃO-DIAS, J. L. Doenças e seus impactos sobre a biodiversidade. **Ciência e Cultura**, n. 3, v. 55, p. 32-34, 2003.
- CHIVERS, D. J. Guidelines for re-introductions: procedures and problems. In: GIPPS, J. H. W. **Beyond Captive Breeding**: re-introducing endangered mammals to the wild. Oxford: Clarendon Press. Symapsia Zoological Society of London. n. 62, 1991. p. 89-99.
- DASZAK, P.; CUNNINGHAM, A. A.; HYATT, A. D. Emerging infectious diseases of wildlife – threats to biodiversity and human health. **Science**, n. 287, p. 443-449, 2000.
- ELABRAS, R. B. Operações de repressão aos crimes ambientais: procedimentos e resultados. In: GIOVANINI, D. **Animais silvestres: vida à venda**. Brasília: Dupligráfica, 2002. p. 75-88.
- GIPPS, J. H. W. **Beyond Captive Breeding**: re-introducing endangered mammals to the wild. Oxford: Clarendon Press. Symapsia Zoological Society of London. n. 62, 1991.
- GROOMBRIDGE, B. **Global Biodiversity**: status of the earth's living resources. London: Compiled by the World Conservation Monitoring Centre, Cambridge, U.K. Chapman and Hall, 1992.
- JONES, S. Captive propagation and reintroduction: a strategy for preserving endangered species? **Endangered Species Update**, n. 8, v. 1, p. 1-88, 1990.
- IBAMA. Centros de Triagem de Animais Silvestres – CETAS. Disponível

em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2005.

KLEIMAN, D. G. Reintroduction of captive mammals for conservation. **BioScience**, Washington, n. 39, p. 152-161, 1989.

KLEIMAN, D. G.; PRICE, M. R. S.; BECK, B. B. Criteria for reintroductions. In: OLNEY, P. J. S.; MACE, G. M.; FEISTNER, A. T. C. **Creative Conservation**: interactive management of wild and captive animals. London: Chapman and Hall, 1994. p. 287-303.

LAÇAVA, U. **Tráfico de animais silvestres no Brasil**: um diagnóstico preliminar. WWF-Brasil, Brasília, 2000.

MAGALHÃES, C. L. Manejo de animais silvestres apreendidos. In: GIOVANINI, D. **Animais silvestres**: vida à venda. Brasília: Dupligráfica,

2002. p. 215-233.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001.

RIBEIRO, R. P. **Aspectos da nutrição de animais silvestres**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS CENTROS DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES, 2., 1993, Vitória. Anais.... Vitória, 1993.

SHEPHERDSON, D. J. Environmental enrichment in zoos. **Ratel**. n. 16, v. 3, p. 68-72, 1989.

TERBORGH, J. Preservation of the natural diversity: the problem of the extinction prone species. **BioScience**, n. 24, p. 715-722, 1974.

ANEXO I

Quadro 1 - Modelo de ficha para recebimento de mamíferos

Nº _____

Nome científico:

Nome popular:

Data de entrada: _____

Marcação tipo: _____ Nº de registro no Centro de Triagem:

Município de procedência:

Localidade específica:

Caracterização do ambiente de coleta:

Clima: _____ Vegetação:

Razão: Apreensão () Doação () Animal atropelado ou ferido () outro: _____

Outro motivo:

Coletor: Nome completo:

Instituição ou Órgão fiscalizador:

Endereço:

Telefones para contato:

Nº do Termo de apreensão/doação:

Sexo: Macho () Fêmea () Indeterminado ()

Idade: Filhote () Jovem () Adulto () Idoso ()

Observações de entrada e histórico:

Biometria:

Massa corporal: _____ g.

Comp. corpo: _____ mm Comp. cabeça: _____ mm Comp. cauda: _____ mm

Circ. pescoço: _____ mm Circ. tórax: _____ mm Circ. cabeça: _____ mm

Circ. base cauda: _____ mm Pata tras. s/unha: _____ mm Pata diant. s/unha: _____ mm

Outras medidas:

Alimentação tipo:

Planilha alimentar nº: _____

Coleta de parasitos () _____

Colheita de sangue () _____

Coleta de outro material () Qual?

Técnico responsável pelos procedimentos:

Data de saída: _____

Destino:

Observação: anexar a esta ficha os seguintes documentos:

- Ficha de atendimento clínico
- Encaminhamento para Hospital Veterinário
- Ficha Nutricional
- Demais informações sobre o exemplar

U N I V E R S I D A D E P A R A N A E N S E

PÓS-GRADUAÇÃO UNIPAR 2007

63 CURSOS PARA VOCÊ

INSCRIÇÕES ABERTAS

INFORMAÇÕES:
www.unipar.br

